Sírios não entendem posição do Brasil, diz oposicionista

Sociólogo Burhan Ghalioun, radicado na França, critica decisão do governo Dilma de não condenar repressão do regime de Assad

MARINA MESQUITA
COLABORAÇÃO PARA A **FOLHA**

Os sírios não entendem a relutância do governo brasileiro em condenar a repressão do ditador Bashar Assad.

Esse é o diagnóstico de Burhan Ghalioun, um dos líderes oposicionistas sírios exilados na Europa.

Ghalioun, que vive desde os anos 70 em Paris, onde dirige o centro de estudos árabes da Universidade Sorbonne, concedeu entrevista à **Folha**, por telefone.

Folha - Como avalia a posição brasileira em relação à situação na Síria?

Burhan Ghalioun - É ruim. A repressão é uma catástrofe. Há milhares de mortos, feridos, presos e refugiados. Apesar disso, o Brasil se opõe a uma decisão de condenação da Síria pelo Conselho de Segurança da ONU. O povo sírio não compreende essa posição em face dessas violações dos direitos do homem.

O que o sr. acha que motiva a atitude brasileira?

Na minha opinião, há uma relação pessoal entre as pessoas que estão no poder na Síria e aquelas que estão no poder no Brasil. Certamente, há um lobby de empresários ligados ao regime sírio.

Quem seriam esses empresários ligados a Assad?

Não sei precisar. Há muitos empresários sírios que vivem no Brasil e alguns são próximos do regime de Assad.

Pretende pressionar o governo brasileiro?

Eu vou escrever uma carta ao governo brasileiro pedindo uma atitude de oposição. Mas nós [os sírios] não temos como fazer essa pressão.

Sanções seriam a solução para pôr fim à repressão?

É preciso impor sanções aos dirigentes, não ao povo. O Brasil precisa, ao menos, mostrar interesse pelo que está ocorrendo. O embaixador brasileiro na Síria deveria ser consultado sobre a situação.

O que acha da possibilidade de intervenção externa?

A oposição síria é contra todas as intervenções militares. Quer uma pressão humanitária, jurídica e diplomática. Isto é, que o governo aceite uma comissão internacional de direitos humanos para investigar os crimes.

Fonte: Folha de S.Paulo, São Paulo, 28 jun. 2011, Primeiro Caderno, p. A11.